

2020 foi um ano de apagamentos. Apagamentos que em 2021 vivenciamos ainda com maior força e intensidade. Apagamento de vidas, de corpos nos espaços de convivência, por fim, privação de ritos fúnebres e impedimentos de memorização das vítimas da pandemia de Covid-19 em espaços físicos, como isso ocorreu na praia de Copacabana ou na Praça de Três Poderes em maio de 2020. Vítimas não somente do próprio vírus, mas, também, das omissões, da indiferença, das assimetrias, exclusões, da necropolítica. O corpo morto virou no cenário político e social um ponto de exclamação, uma pós-existência perigosa a ponto de uma suposta necessidade de um duplo apagamento, como discorre Achille Mbembe em sua *Necropolítica*.

Ao lado de tantos apagamentos vive-se um aprofundamento do sulco que funda as desigualdades sociais. Enquanto as classes média e alta se retiram como podem do convívio social, os trabalhadores menos favorecidos, invisíveis sociais, são obrigados a sustentar o isolamento de uns poucos. Entregadores de aplicativos de *delivery*, motoristas de transporte coletivo, operadores de caixa de supermercado, garis, dentre outros, continuaram na linha de frente para garantir a própria sobrevivência e a de outros. O sacrifício desses corpos sofre um apagamento diante da indiferença de muitos, situados atrás da linha vermelha do *front*.

Sem contar o aumento da violência contra a mulher nos espaços domésticos, ainda mais silenciada por conta do isolamento social, da necessidade de afastamento. Como denunciar os maus tratos e buscar ajuda se a casa se torna, por força do contexto, um cárcere privado?

Em tempos de ausência e apagamento do corpo físico e excesso de corpos virtuais, ficam mais evidentes tentativas de mapear o próprio corpo físico e a coexistência com corpos outros no passado: memórias do gesto, do afeto, do sonho adiado, a voz perdurando no mesmo espaço físico, convertem-se em estratégias de sobrevivência e metas para o futuro. É comum, neste tempo pandêmico, que as pessoas digam 'quando tudo passar', como se tivessem sido impedidas compulsoriamente de gozar, como se apenas com a queda do muro invisível pudessem sorrir outra vez, fato que revela um certo desajuste entre estar e não poder viver plenamente

Enquanto alguns experimentam o desajuste da vida em estado desejável porque não circulam livremente seus corpos, outros vivenciam o desajuste de forma extrema, como é o caso das pessoas negras, da comunidade LGBTQI+ e das mulheres. O atual cenário denota crescente discriminação dos grupos não-hegemônicos e de desigualdade entre gêneros dentro da sociedade. O Covid-19 está expondo e reposicionando a vida privada, acentuando a urgência em se pensar na violência doméstica e no feminicídio. O espaço que deveria significar o "pouso seguro" tem se apresentado, em muitos casos, como o lugar da dominação, da dor e da morte para muitas mulheres. O mesmo ocorre com a comunidade LGBTQI+. O maior tempo de convivência em casa com familiares

expõe esses sujeitos a diversas vulnerabilidades, à intolerância e ao ódio de parentes. Sob o jugo da opressão familiar, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais vivem violência físicas e psicológicas por familiares que poderiam acolher e abrigar. No Brasil, o vírus tem apagado, ainda mais, sujeitos não-majoritários a partir de ausência de políticas públicas, desempregos e legitimação de discursos misóginos, homofóbicos e racistas. A população negra, majoritariamente em situação de vulnerabilidade social, está sendo ainda mais penalizada nessa nossa sociedade estruturalmente racista.

Há um conhecido conto de Jorge Luis Borges, *Sobre o rigor na ciência*, no qual cartógrafos de um antigo império, versando na arte da cartografia, criam/arquitetam um mapa para o território que coincide exatamente com os limites do próprio território. Sem maior utilidade, o simulacro do império foi abandonado às intempéries como se, de forma premonitória, fosse este também o destino do território original – sofrer um lento apagamento. O real e seu duplo. Nesse arquétipo para a filosofia, a psicanálise e as artes, o original e a cópia não podem conviver ao mesmo tempo. Exige-se um sacrifício para que a ordem simbólica seja restaurada e o dois torne-se novamente uno.

Um corpo duplicado via simulacro digital, reproduzido em telas, feito não matéria, um corpo que viaja como informação audiovisual pelos cabos de fibra ótica ou de internet metálica, não seria um corpo que também desaparece da memória, como em ruínas abandonadas de um império plenamente cartografado? O que acontece na linguagem dos afetos a partir do isolamento social, do enxugamento do círculo de amizades, do contato mediado apenas por um visor? As memórias ainda coincidem com os limites do corpo ou permanecem, de forma contrafeita, como um tipo de ficção persistente? O corpo original se esgota no processo contínuo de duplicação em imagem? Não seria perigosamente o corpo original que perde utilidade frente à mobilidade do corpo virtual? Como um templo em ruínas, os corpos carnis estariam sofrendo um apagamento?

Em *A troca impossível* Jean Baudrillard traz outra bela imagem da duplicação: a partir da catástrofe, a história do sujeito divide-se em duas linhas, de forma definitiva e para sempre. Na primeira trilha de história, o corpo vivo continua sendo o que é e segue adiante; na segunda trilha, o corpo está encerrado nas ferragens do morto que poderia ter sido. Um vivo real e um morto virtual. Duas trilhas, duas histórias para sempre contadas, ora pulsantes ora recalçadas.

Na aplicação dessa perspectiva aos tempos atuais, o corpo fica igualmente cindido em duas histórias: a vida real e enclausurada, que se movimenta de forma limitada no espaço; a vida virtual e liberada, que se movimenta no tempo. O corpo inveja a liberdade da imagem e se pensa como trilha narrativa de liberdade, ainda que virtual. O corpo virtualiza os desejos – o de contato, de abraço, de afago, de proximidade. Como a

memória de um morto virtual, o da catástrofe, o corpo real dos tempos atuais imagina como teria sido a vida se tivesse vivido o ano passado e este. Não é verdade, afinal, que para muitos, o ano de 2020 não aconteceu? Um ano sem acontecimentos? Ou aconteceu muita coisa e, em função do estatismo dos corpos, a impressão é de que nada aconteceu? A impressão é de que tudo era virtual, como um mapa que coincide exatamente com os limites do império, uma simulação? O real apagou-se em função de seu duplo. Se Walter Benjamin dizia que a obra de arte possuía uma aura, definida pelo seu *hic et nunc*, o corpo segue na mesma analogia: possui uma alma/aura que confere sua singularidade no aqui e agora, algo que se perde com a reprodução técnica das câmeras.

Corpos isolados e parados na frente de telas enquanto o vírus tornou-se um viajante global (Appadurai) conseguem sentir-se corpo, sentir a sua presença não só no tempo, mas também no espaço? Nesse sentido é possível também perguntar, falando com Wittgenstein, se de fato conhecemos o lugar de dor? E qual a nossa reação diante do dor do outro, pensando nas contribuições de Susan Sontag e Virginia Woolf? Como temos afetado e como estamos sendo afetados nessa nova configuração social? Ainda temos a capacidade de restaurar o espaço da comunidade ou a pulverização dos laços e conviver físico se instaurou em nossas vidas para ficar, ou ainda, ficou mais visível do que já era antes de 2020? Durante a segunda edição do Seminário Memórias do Corpo tentaremos nos aproximar a estas e outras perguntas que envolvem o corpo e os seus apagamentos.

O seminário que aconteceu entre os dias 29 de novembro e 1 de dezembro de 2021 contou com conferências de abertura e encerramento, cinco mesas temáticas e sessões de comunicações voltadas para tais eixos temáticos como: **Memória, corpo e afetos; Memória, corpo e política; Memória, corpo e arquivo; Memória, corpo e estética; Memória, corpo e narrativa.**